

Histórias de Bruxas: Uma Entrevista com Silvia Federici

Introdução

Em seu livro *Caliban e a Bruxa: Mulheres, o Corpo e Acumulação Primitiva* (Autonomeia, 2004), a feminista italiana Silvia Federici examina o extermínio das bruxas como um ato fundacional do sistema capitalista que domestica mulheres, impondo a elas a reprodução da força de trabalho como trabalho forçado sem remuneração. É no modo de desenvolvimento desse trabalho reprodutivo que Federici encontra um terreno central de luta para o movimento das mulheres.

Isso não é um conto de fadas, nem é simplesmente sobre bruxas. Bruxas se expandiram em outras mulheres e personagens próximas: a herege, a curandeira, a parteira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver sozinha, a mulher obeah (praticante de magia secreta) que envenenou a comida do mestre e inspirou os escravos a se rebelarem. O capitalismo, desde as origens, persiste e combate essas mulheres com fúria e terror.

Em *Caliban e a Bruxa*, Federici faz as perguntas fundamentais sobre essa figura emblemática da mulher: por que o capitalismo, desde o início, precisou guerrear contra essas mulheres? Por que a caça às bruxas um dos massacres mais brutais e menos registrados da história? O que é supostamente eliminado quando essas mulheres são condenadas à fogueira? Por que é possível esboçar um paralelo entre elas e os escravos negros das plantações na América?

Silvia Federici nasceu na Itália, mas vive nos Estados Unidos desde os anos 60. Foi nos EUA que sua militância feminista e colaboração com o movimento negro se desenvolveram. Ela foi uma fundadora da Rede Internacional de Salários Para o Trabalho Doméstico. Durante os anos 80 ela viveu e ensinou na Nigéria, aonde ela também trabalhou com organizações de mulheres e contra as políticas de ajuste estrutural que estavam sendo testadas através da África.

O título do seu livro vem de dois personagens shakespearianos: Caliban é o rebelde anticolonial, o trabalhador escravo que se revolta; e a Bruxa, deixada no pano de fundo pelo escritor inglês, agora toma a cena: sua aniquilação representa o início da domesticação das mulheres, o roubo do conhecimento que lhes dava autonomia para dar a luz, a conversão da maternidade em trabalho forçado, a desvalorização do trabalho reprodutivo como não-trabalho, e o crescimento difuso da prostituição diante da espoliação das terras comunitárias. Juntos, os nomes de Caliban e da Bruxa sintetizam a dimensão racista e sexista que o Capital tenta impor aos corpos, mas também as figuras desobedientes e plebeias através das quais eles resistem.

Na ocasião de seu lançamento na próxima Feira do Livro de Buenos Aires, apresentamos uma conversa com essa lutadora entusiasmante e lúcida, que faz uma linha entre a história das bruxas e a discussão do trabalho doméstico feminino. Para Federici, “as atividades associadas à ‘reprodução’ continuam a ser o terreno da luta fundamental para as mulheres, como foram para o movimento feminista dos anos 70, e uma ligação com a história das bruxas.

Da Itália aos Estados Unidos

Seu apartamento no Brooklyn foi arranjado para escrever, trabalhar e pesquisar. Centenas de artigos e arquivos estão espalhados, mas a ordem é meticulosa. Fotos de família e pôsteres políticos se alternam nas paredes, decoradas com cores e memórias. Sua cozinha, talvez o único espaço sem papéis, está iluminada e sugere um almoço de massa recentemente feito por seu marido, o filósofo George Caffentzis. A entrevista vem e vai entre o italiano e o inglês, as duas línguas em que a sua biografia se passa.

Verónica Gago: Como começou a sua militância feminista nos Estados Unidos?

Silvia Federici: Cheguei nos Estados Unidos em 1967. Me envolvi no movimento estudantil, no movimento contra a guerra. Também comecei minha participação no Movimento Salários para o Trabalho Doméstico e meu trabalho político integral como feminista. Em 1972 fundamos o Coletivo Feminista Internacional, que levou a Campanha Salários para o Trabalho Doméstico para uma esfera internacional. As raízes do meu feminismo estão, em primeiro lugar, na minha experiência como uma mulher crescendo em uma sociedade repressora, como a Itália era nos anos 50: anti-comunista, patriarcal, católica e esgotada pela guerra. A Segunda Guerra foi importante para o desenvolvimento do feminismo na Itália, porque marcou um momento de ruptura da relação das mulheres com o Estado e a família, porque fez as mulheres entenderem que elas precisavam se tornar independentes, que não poderiam deixar sua sobrevivência nas mãos dos homens e da família patriarcal, e que não tinham que produzir mais crianças para um Estado que mais tarde as mandava para o matadouro.

VG: Quais são as raízes teóricas?

SF: Teoricamente, meu feminismo foi a mistura de temas vindos tanto do movimento da autonomia operária na Itália e dos movimentos de desempregados, quanto do movimento anticolonial e dos movimentos de direitos civis e do movimento Black Power nos Estados Unidos. Nos anos 70 eu também era influenciada pelo Movimento Nacional de Direitos e Bem Estar, que era um movimento de mulheres, na maioria negras, que lutavam para conseguir subsídios do Estado para seus filhos. Para nós, esse era um movimento feminista porque essas mulheres queriam mostrar que o trabalho doméstico e o cuidado das crianças não é um serviço pessoal, mas um trabalho real, porque é o trabalho que sustenta todas as outras formas de trabalho uma vez que é o trabalho que reproduz a força de trabalho. Organizamos conferências, eventos, manifestações, sempre com a ideia de fazer o trabalho doméstico ser visto em um sentido amplo: sua implicação na sexualidade, na relação com as crianças, sempre enfatizando os fatores implícitos e a necessidade de mudar o conceito de reprodução e de colocar essa questão no centro do trabalho político.

Pelo salário e contra o salário

VG: E quanto ao conflito entre lutar pelo salário e a luta contra o trabalho assalariado?

SF: Na nossa visão, quando as mulheres lutam por um salário para o trabalho doméstico, elas também estão lutando contra esse trabalho, já que o trabalho doméstico pode continuar como tal enquanto não for pago. É como a escravidão. A exigência de um salário doméstico desnaturalizou a escravidão feminina. Assim, o salário não é o objetivo final, mas um instrumento, uma estratégia, para atingir uma mudança nas relações de poder entre as mulheres e o Capital. O objetivo da nossa luta era converter o trabalho escravo explorado que era naturalizado por causa de seu caráter não-pago em um trabalho socialmente reconhecido; ele deveria subverter a divisão sexual do trabalho

baseada no poder do salário masculino de dominar o trabalho reprodutivo das mulheres, que em *Caliban e a Bruxa* eu chamo de “patriarcado do salário”. Ao mesmo tempo, propúnhamos ir além da culpa gerada pelo fato de que o trabalho reprodutivo foi sempre considerado como uma obrigação feminina, como uma vocação feminina.

VG: Então há uma recusa e ao mesmo tempo uma revalorização do trabalho doméstico?

SF: A recusa não é à reprodução enquanto tal, mas sim, é uma recusa às condições em que todo mundo, homens e mulheres, é obrigado a viver a reprodução social, ao ponto de que ela se torna a reprodução para o mercado de trabalho, e não para nós mesmos. Um tema que sempre foi central para nós foi o caráter duplo do trabalho de reprodução, de que ele reproduz a vida, a pessoa, e ao mesmo tempo, ele reproduz força de trabalho: é essa a razão pelo qual ele é tão controlado. Na nossa visão, estamos lidando com um trabalho muito particular, e então a questão fundamental sobre reproduzir uma pessoa é: para que e em que função isso deveria ser valorizado? Deve ser valorizado pela própria pessoa ou pelo mercado? É necessário entender que a luta das mulheres pelo trabalho doméstico é uma luta anticapitalista central. Ela realmente vai ao fundo da reprodução social, ela subverte a escravidão em que as relações capitalistas estão baseadas e ela subverte as relações de poder que elas criam o corpo do proletariado.

VG: Como sustentar a centralidade do trabalho doméstico muda a análise do capitalismo?

SF: Reconhecer que a força de trabalho não é uma coisa natural, mas que ela tem que produzir a si mesma, significa reconhecer que toda a vida se torna uma força produtiva e que todas as relações sexuais e familiares se tornam relações de produção. Isso quer dizer que o capitalismo não se desenvolve apenas dentro da fábrica, mas também na sociedade, e que a sociedade se torna uma fábrica de relações capitalistas, como um terreno fundamental para a acumulação capitalista. Por essa razão, o discurso do trabalho doméstico, da diferença de gênero, das relações entre homens e mulheres, da construção do modelo de mulher, é fundamental. Hoje, por exemplo, olhando para a globalização do ponto de vista do trabalho reprodutivo nos permite entender porque, pela primeira vez, mulheres são as pessoas que impulsionam o processo migratório. Nos permite entender que a globalização e a liberalização da economia mundial destruíram os sistemas de reprodução de países em todo o mundo, e porque hoje são as mulheres que abandonam duas comunidades, seus lugares, para encontrar meios de reprodução e melhorar suas condições de vida.

Experiência no Terceiro Mundo.

VG: Como sua vida na Nigéria nos anos 80 influenciou suas preocupações?

SF: Viver na Nigéria foi muito importante porque lá eu tive contato com a realidade africana, com o mundo dito “subdesenvolvido”. Foi um grande processo de aprendizado. Eu estava lá exatamente no período (1984-1986) de um intenso debate social, incluindo as universidades, sobre se endividar com o FMI ou não, depois do início da grande crise da dívida e o fim do período de desenvolvimento criado pelo boom do petróleo. Vimos o início da liberalização e as primeiras consequências desse programa para a sociedade, e também para as escolas: as imensas mudanças nos gastos públicos, o corte de subsídios para a saúde e a educação, o começo de uma série de lutas estudantis contra o FMI e seu programa de ajuste estrutural. Estava claro que não se tratava apenas de um conflito provocado pela pobreza, mas que era também um protesto

contra um programa de recolonização política. Vimos claramente como uma nova divisão internacional do trabalho estava sendo criada, e que incluía uma recolonização desses países.

VG: Há também um tema dos bens comuns, e, em particular, da terra que também surgiu nesse momento...

SF: Sim. Outra coisa importante que aprendi na Nigéria foi sobre o problema da terra. Uma grande parte da população vivia da terra, em um regime de propriedade comunal. Para as mulheres, em particular, o acesso à terra significava a possibilidade de criar seus próprios meios de subsistência, a possibilidade de se reproduzirem e à suas famílias sem depender do mercado. Isso é uma coisa que se tornou uma parte importante da minha compreensão das coisas. Minha estadia na Nigéria também aumentou minha compreensão dos problemas de energia, do petróleo e da guerra que estava acontecendo no mundo, promovida pelas companhias de petróleo. O que aconteceu na Nigéria nos anos 80 é o que aconteceu na Europa dez anos depois: primeiro, o sucateamento da universidade pública para depois transformá-la em de uma maneira corporativa, e é por isso que conhecimento que ela produz é orientado apenas para o mercado, e tudo fora dessa linha é depreciado.

VG: O que são bens comuns? De onde vem o discurso sobre os bens comuns?

SF: No discurso do movimento dos anos 60 e 70 o conceito de “comum” não existia. Lutava-se por muitas coisas, mas não pelos comuns, como os entendemos agora. A noção é um resultado das privatizações, de uma tentativa de se apropriar e mercantilizar o próprio corpo, o conhecimento, a terra, o ar e a água. O resultado não foi só uma reação, mas realmente uma nova consciência política ligada à ideia de nossa vida comum, e ela provocou uma reflexão sobre a dimensão comunitária das nossas vidas. Assim, há uma relação ou correspondência muito forte entre a expropriação, a produção do comum e a importância do comum como conceito da vida, de relações sociais.

VG: Qual é a influência das teorias feministas a respeito da questão do comum?

SF: Formular a questão do comum de um ponto de vista feminista é crucial, porque atualmente as mulheres são as mais envolvidas na defesa dos recursos comuns e na construção de formas mais amplas de cooperação social. Através do mundo, mulheres são as produtoras agrícolas da subsistência, são elas que pagam o maior preço quando a terra é privatizada; na África, por exemplo, 80% da agricultura de subsistência é produzida por mulheres, e, portanto, a existência da propriedade comunal da terra e da água é fundamental para elas. Finalmente, o ponto de vista feminista está preocupado com a organização da comunidade e do ambiente doméstico. Porque uma coisa que me surpreende é que em todas as discussões do comum se fala da terra e da internet, mas o ambiente doméstico não é mencionado! O movimento feminista em que eu comecei sempre falava da sexualidade, das crianças e do ambiente doméstico. E mais tarde me interessei muito por toda a tradição feminista, de socialismo utópico e anarquista, sobre como abordar esses temas. Precisamos criar um discurso sobre o lar, o território, a família, e colocá-lo no centro das políticas do comum. Hoje vemos a necessidade de práticas para criar novos modelos comunitários.

VG: A que você se refere?

SF: Por exemplo, nos Estados Unidos, existem milhares de pessoas que hoje vivem nas ruas, em coisas como acampamentos, por causa da difusão das políticas de remoção forçada. No momento, existem acampamentos na Califórnia por causa da crise de

habitação. É um momento em que a estrutura da relação social diária está se desfazendo, e a existe a possibilidade de uma nova forma de sociabilidade e cooperação. Penso que nesse sentido o que pôde ser visto no movimento de locatários removidos na Argentina foi fundamental, como um momento em que muitas pessoas precisaram colocar sua vida em comum. É precisamente isso a reinvenção da vida comunitária.

Covens

VG: Como você resumiria o objetivo da caça às bruxas?

SF: As caçadas às bruxas foram instrumentais na construção da ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob controle do Estado e transformados em recursos econômicos. Ou seja, os caçadores de bruxas estavam menos interessados em punir uma determinada transgressão do que estavam em eliminar formas generalizadas de comportamento feminino que não toleravam mais e que deveriam se tornar abomináveis aos olhos da população.

VG: É por isso que a acusação podia ser estendida a milhares de mulheres...

SF: A acusação de bruxaria tinha uma função parecida com a de “traição” – que, sintomaticamente, foi introduzida no código legal inglês por volta da mesma época – e com a acusação de “terrorismo” nos nossos tempos. A vagueza da acusação – o fato de que era impossível comprová-la e de que ela, ao mesmo tempo, invocava um horror máximo – implicava que ela poderia ser usada para punir qualquer tipo de protesto, com o objetivo de gerar suspeita, incluindo os aspectos mais ordinários da vida cotidiana.

VG: Podemos dizer que em sua perseguição, uma grande batalha foi travada contra a autonomia das mulheres?

SF: Da mesma maneira que os cercamentos expropriaram as terras comuns do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, “liberando-as” de qualquer obstáculo que pudesse atrapalhar seu funcionamento como máquinas para reproduzir a força de trabalho. A ameaça de serem queimadas na fogueira levantou barreiras formidáveis em torno dos corpos das mulheres, maiores do que as que foram levantadas pelo cercamento das terras comuns. Na verdade, podemos imaginar o efeito que teve sobre as mulheres verem suas vizinhas, amigas e parentes queimadas na fogueira, e perceber que qualquer tentativa de contracepção seria percebida como resultado de perversão demoníaca.

Silvia Federici é uma ativista ítalo-americana e autora de muitos trabalho, incluindo *Caliban and the Witch* e *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. Ela foi co-fundadora do Coletivo Feminista Internacional, organizadora da Campanha Salários para o Trabalho Doméstico, e fazia parte do Midnight Notes Collective.